

O CAMINHO DO DINHEIRO PRIVADO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

A falta de transparência e a inexistência de ferramentas efetivas de controle transformam a interação do setor produtivo com a academia em um campo fértil para ilegalidades em todo o País

Negócios privados, contratos obscuros e intermediações feitas por fundações envolvidas em irregularidades ganham cada vez mais espaço nas universidades públicas do Brasil. É o que revela este reportagem especial, fruto do esforço conjunto de cinco grandes jornais brasileiros.

Profissionais do Estado, O Globo, Zero Hora, Diário Catarinense e Gazeta do Povo fizeram uma radiografia da virtual privatização que avança, com pouca transparência, nas instituições que são berçários do conhecimento e da pesquisa no País.

Por meio de convênios com fundações, surgem serviços de cifras milionárias, que muitas vezes nada têm a ver com os

objetivos acadêmicos das instituições. Os clientes são empresas privadas, públicas e governos – com contratos quase sempre sem licitação. Já os professores, alguns de regime de dedicação exclusiva, conseguem multiplicar seus salários com esses trabalhos paralelos, mesmo que isso signifique conflito ético ou atividade irregular. As universidades, porém, são as que menos lucram no esquema.

As fundações privadas têm papel fundamental na “caixa-preta” das universidades. De janeiro de 2013 a julho de 2014, elas receberam R\$ 1,4 bilhão da União, segundo levantamento da ONG Contas Abertas. Mais de 2,5 mil fundações trabalham com instituições brasileiras e são cada vez mais usadas na intermediação de servi-

ços. Algumas são criadas e geridas por docentes com cargo de direção nas universidades – um potencial conflito de interesses.

Órgãos como tribunais de contas, Controladoria-Geral da União e Ministério Público questionam as relações, mas, amparados nas brechas e na falta de transparência, o sistema prospera.



NA WEB

Assista. Vídeo mostra toda a produção desta série estadao.com.br/e/apuracao

Online. Confira mais material exclusivo da série estadao.com.br/e/funden

São Paulo



Somas milionárias. Em 2014, USP recebeu R\$ 4 milhões graças aos cursos oferecidos pelas fundações, que movimentaram R\$ 88 milhões

‘INSTITUIÇÕES PRECISAM DE FLEXIBILIDADE’

A pesar de relações polémicas, como a oferta de cursos pagos, e críticas por falta de transparência, a interação da universidade pública com o setor produtivo é um desafio que as instituições precisam enfrentar. Segundo especialistas, o ensino superior precisa de instrumentos para lidar com a burocracia e as fundações privadas de apoio acabam sendo mais ágeis. O pouco diálogo com o mercado é apontado como um dos motivos para o baixo impacto da ciência do Brasil no cenário internacional. Para Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) no Rio de Janeiro, as universidades públicas têm um modelo burocrático que dificulta as decisões. “O fortalecimento das fundações foi importante e fico preocupado com o movimento contrário. As instituições precisam de flexibilidade”, diz ele, conceituando estudos de ensino e pesquisa. Schwartzman ressalta que desvios têm de ser resolvidos. “É necessária a transparência e, evidentemente, há casos melhores e piores de gestão. Mas as universidades precisam desses modelos e dos recursos.”

O economista Cláudio de Moura Castro defende que o debate sobre o tema seja mais “ideológico” que racional. “Sem as fundações não há pesquisa no País. A burocracia pública é tão terrível que não se trata de gostar ou não do modelo”, diz ele, que já dirigiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “Ou se reforma a contabilidade pública ou não há mais remota possibilidade de não contar com essas opções. Sem as fundações, não há pesquisa.”

Critico ao modelo, o professor Ciro Correia, presidente da Associação de Docentes da USP (Adusp), indica que as universidades poderiam ser protagonistas nesse processo. “A burocracia da universidade não é ágil. Mas o argumento é usado para garantir aumentos salariais de professores, e a maioria dos trabalhos atendem apenas o mercado”, diz. “Por que as universidades não criam setores de convênios, com maior transparência? Uma fundação pública é um caminho.”

Dados da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) indicam que o dinheiro privado responde por 5,3% do financiamento de pesquisas da USP.

O professor de Direito Administrativo Carlos Ari Sundfeld pondera as vantagens e desvantagens. “Há uma crítica porque os mecanismos de controle quase sempre são intermos. Mas há benefícios indiretos dessa realidade”, diz ele, docente do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Ministério Público tem uma curadoria de fundações. Em São Paulo, o promotor Ailton Grazzioli, responsável pela fiscalização, não respondeu aos pedidos de entrevista. /P.S.

As reportagens sobre dinheiro privado e ensino público continuam amanhã
Metrópole

FUNDAÇÕES NAS ESTADUAIS SÃO INVESTIGADAS

Atuação avança na USP, na Unesp e na Unicamp; órgãos de controle questionam legalidade do modelo

Paulo Saldanha

O avanço de um mundo paralelo, que confunde as esferas pública e privada, tem colorido as três universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp – na mira de tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. Intermédiações de convênios federais com terceirização de serviços, aluguel de espaço público, gestão de verbas da própria universidade e cobrança de taxas são algumas das irregularidades que envolvem a atuação de fundações privadas ligadas às universidades. A cobrança por cursos continua ganhando espaço.

Uma das principais fundações de apoio à Universidade de São Paulo (USP), a FUSP, foi questionada em dezembro pela Controladoria-Geral da União (CGU). Ela é titular de um convênio com o Ministério da Cultura para projeto de uma incubadora ligada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Além de intermediar o servi-

ço, o que é ilegal, a FUSP subcontratou a ONG Capina e cobrava aluguel de R\$ 70 mil por um espaço na universidade. Após a CGU reprovar o convênio, de R\$ 502 mil, a União congelou o repasse. A USP informa que trabalha para avançar com a proposta e que a “interrupção tem acarretado desmobilização da equipe e empreendimentos”.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as atribuições de uma fundação privada, a Funcamp, se misturam com as da própria instituição, assim como a gestão dos recursos. Ela gerencia almoxarifados, reformas e hospitais e cobra taxa de 6%. São atividades não permitidas e distantes da finalidade da fundação. A Funcamp também recebeu recursos originários da

Justiça julga legalidade de cobrança por cursos nas públicas

● Pelo menos duas ações civis públicas, abertas contra a USP e a Unesp, correm na Justiça contra a cobrança de cursos nas universidades públicas paulistas.

A primeira, de 2005, foi remetida no mês passado para análise do pleno do Tribunal de Justiça após o desembargador ter acatado argumentos da promotora que questiona o modelo. Em 2012,

universidade, como taxas de inscrição em vestimentas e formaturas, comercialização de livros e publicações de periódicos, além da venda de camundongos, softwares, mudas e plantas.

Praticamente toda a atuação da Funcamp foi considerada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em 2014. O TCE viu as ações como uma “terceirização exagerada”. Para tocar atividades, a universidade prorrogou desde 1987 um convênio com a Funcamp – o que por si só viola a lei.

Já a Universidade Estadual Paulista (Unesp) aceita que a Fundação Para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FDCT) ofereça cursos pagos no campus Guaratinguetá. O Ministério Público questiona o uso na Justiça (mais informações nesta página).

Realidade. Quase sempre criadas por professores universitários, as fundações de apoio podem firmar convênios com empresas, governos – com dispensa de licitação – e a própria universidade. Por meio delas, professores são contratados e pagos, mesmo que tenham vínculo que exige dedicação ex-

clusiva. Os ganhos podem ser até cinco vezes maiores que o salário como servidor integral, segundo a Associação de Docentes da USP (Adusp). Os sindicatos das estaduais e o nacional (Andes) lutam historicamente contra o processo de privatização. “Essa relação fere a separação entre público e privado, não há transparência”, diz o presidente da Adusp, Ciro Correia.

“Um docente nessa situação está mais ligado à fundação ou à universidade?” Parte do dinheiro de contratos e cursos pagos vai para as faculdades às quais as fundações são ligadas. Em geral, a universidade fica com 5%. Em 2014, a USP recebeu R\$ 4 milhões com cursos pagos oferecidos pelas fundações – o que indica uma movimentação de R\$ 88 milhões. Há formações que custam cerca de R\$ 30 mil. A USP tem um fundo para essas taxas de cursos e convênios. Em março, o saldo era de R\$ 15,4 milhões, valor irrisório perto dos negócios das fundações. Só a FUSP recebeu R\$ 740 milhões em projetos da instituição entre 2007 e 2013. Segundo a reitoria, 16 das mais de 30 fundações da USP têm 197 convênios com a própria universidade – a FUSP tem 26. Presidente da FUSP, José Roberto Cardoso diz que o modelo é imprescindível para a agilidade de processos de contratação na universidade e o desenvolvimento de pesquisas, intensificando o diálogo com o setor produtivo. “As fundações surgiram como oportunidade para o professor aumentar os ganhos na universidade e não sair para o mercado. Mas não é só o dinheiro.” Na Unicamp, a Funcamp geriu em 2013 R\$ 377 milhões de 1.833 convênios e contratos. Os cursos cobrados se totalizaram em R\$ 16 milhões naquele ano. A universidade não respondeu aos questionamentos sobre a fundação.

CLAYTON/SOCAL/ESTADÃO